

A Economia Portuguesa e Mundial na Atualidade

– Biénio 2020/2021 –

- Docente: Prof. António Duarte Santos
- Discente: Luís Miguel G. Pato Eiras - Aluno 19911805

Dezembro de 2021

Trabalho realizado no âmbito da Unidade Curricular de Economia Portuguesa e Mundial - 5º semestre da Licenciatura de Economia – Turma PL – Ano letivo 2021-2022

A Economia Portuguesa e Mundial na Atualidade

– Biénio 2020/2021 –

Índice

1. Introdução

1.1 Enquadramento da Realidade Social e Económica em Contexto Pandémico

1.2 A Realidade Económica Portuguesa

1.3 A Realidade Económica Europeia e Mundial

1.4 Uma Crise Virada Oportunidade – Ação Imediata com Visão de Médio/Longo Prazo

2. A Economia Portuguesa

2.1 Os indicadores exprimem-se

2.2 A Insustentabilidade do Modelo Económico Atual – Uma análise crítica

2.2.1 As Barreiras ao Investimento Direto Estrangeiro

2.2.1.1 Uma Fiscalidade Irrealista

2.2.1.2 O Licenciamento ao Investimento – Um Modelo Inadequado

2.2.1.3 O Estado Deficitário da Justiça

2.2.2 A Difícil Situação Económica das Famílias

2.2.3 O Estado dos Fatores de Produção no Sistema Produtivo Português

2.2.3.1 O Fator de Produção Trabalho – A Mão-de-Obra

2.2.3.2 O Fator de Produção Capital Físico

2.2.3.3 O Fator de Produção Capital Humano

2.2.3.4 O Fator de Produção Recursos Naturais

2.2.4 Exportações - A excessiva dependência do Turismo

A Economia Portuguesa e Mundial na Atualidade

– Biénio 2020/2021 –

Índice (continuação)

2.3 Reformas Estruturais Necessárias à Produtividade e à Competitividade – Um Novo Modelo de Crescimento

2.3.1 Fatores Ideológicos e Socioculturais Endémicos

2.3.2 A Justiça

2.3.3 A Modernização da Administração Pública

2.3.4 As Relações Laborais

2.3.5 O Estado e as Políticas de Estímulo à Produtividade

2.3.6 As empresas e a Inovação como Fator de Diferenciação – A Reindustrialização

2.4 Um Mar de Oportunidades

2.4.1 A Transição Energética

2.4.2 PRR – Os Fundos Estruturais

3. A Economia Mundial

3.1 As Variáveis Macro

3.2 O Fenómeno da Inflação Insurgente

3.2.1 O Contexto Mundial

3.2.2 Por detrás da subida dos preços

3.2.2.1 No lado da oferta

3.2.2.2 No lado da procura

4. Conclusão, Bibliografia e Fontes

A Economia Portuguesa e Mundial na Atualidade

– Biénio 2020/2021 –

1. Introdução

1.1 ENQUADRAMENTO DA REALIDADE SOCIAL E ECONÓMICA EM CONTEXTO PANDÉMICO

Que nos trouxe a situação pandémica? Ao mais presente pensamento consciente, ocorre a qualquer um de nós o facto de a pandemia ter resultado num verdadeiro teste à capacidade de reação da Humanidade, em relação à sua defesa como espécie e no sentido da sobrevivência do indivíduo, em face de uma enorme e séria ameaça a que chamaram de corona vírus SARS-CoV-2. Ou Covid19.

Foi/é inevitavelmente uma crise de saúde pública extrema que a todos afeta à escala global e que, como tal, exige a melhor das colaborações entre povos, fazendo com que ficassem para trás as mais enraizadas diferenças, desacordos e desuniões entre países.

Como tremenda crise de saúde pública que é, a dimensão e natureza das medidas de resposta postas em prática trouxeram consigo as inevitáveis e catastróficas consequências económicas, bem como assim os carreados custos sociais, as privações ou mesmo as sequelas na saúde do indivíduo. E, não menos significativo, evidencia-se, por entre um cenário de extremos, o esforço adicional massivo levado a cabo pelos Estados num contexto de apoio, às populações, às economias. Livre de limitações.

1.2 A REALIDADE ECONÓMICA PORTUGUESA

Em Portugal, com os desenvolvimentos de 2020 e 2021, assistimos impotentes ao agravamento dos desequilíbrios endémicos e profundos que desde há muito grassa na economia portuguesa. Elevam-se e persistem questões pertinentes associadas à realidade portuguesa, quer social, quer económica, quer, como tal, politicamente. Como tem andando a produtividade interna do país e qual o bem-estar económico da população portuguesa/residente? Quais os custos sociais e quais os padrões de conforto das famílias e do indivíduo que teimam em abandonar-nos? Quais os fatores que podemos concluir como condicionantes ou impeditivos do desejado crescimento económico sustentado e que oferece melhores condições de desenvolvimento económico? Será a evolução demonstrada e o estado perene desses indicadores a expressão de um modelo de crescimento inconsistente ESGOTADO? As variáveis que de forma mais séria se podem ter como os motores do crescimento SUSTENTADO têm sido bem cuidadas? O Estado Português tem recursos (como o fundo soberano norueguês os tem) que lhe permita apresentar-se como solução perpétua em face dos elevados custos económicos e sociais decorrentes do ora fraco, ora nulo (quando não depressivo) crescimento da economia nacional?

1.3 A REALIDADE ECONÓMICA EUROPEIA E MUNDIAL

Por toda a Europa e pelo mundo inteiro, sanitariamente, o contexto de vida das sociedades não divergiu dos desafios que a população e a governação enfrentaram em território português, entre confinamentos e uma maior ou menor abertura da economia. Temos assistido a alguns Estados, poucos, a serem forçados (mostrando a robustez das suas capacidades financeiras) a mobilizar parte significativa da sua riqueza para dotar os respetivos sistemas nacionais de saúde de um exigente volume de recursos, canalizando-a igualmente para medidas de apoio à economia, ao mesmo tempo que outros se endividaram mais ainda de forma a conseguirem a melhor resposta possível à propagação do vírus. Outros ainda há, que nada mais lhes resta a não ser confiar na população, quando lhe é decretado o confinamento, na medida em que não revelam capacidade financeira ou de financiamento para tomar medidas mínimas, tão simples como isolar convenientemente doentes em alas hospitalares comportáveis ou comprar vacinas, ficando sujeitos à boa vontade (ou ao interesse na influência geopolítica) de alguns países. Caso da maioria dos países do continente africano, do continente sul americano e de alguns países asiáticos.

Certo é que, cada país, um pouco por todo o globo, tem enfrentado diversas ondas de disseminação do vírus, em *timings* distintos e com armas distintas, razões pelas quais as respetivas populações encararam a adversidade com distinta esperança. Certo é também que, não só por razões de dignidade humana (já de si bastante) se deve almejar que todas as nações do mundo logrem em erradicar a pandemia. É sabido que, com o incontornável enquadramento atual do comércio internacional, conferido pela globalização no geral e no particular pela interdependência dos países em matéria de produtividade (no que toca às suas exportações), todos mais ficarão a ganhar se a saída para a ameaçadora variável Covid19 tiver lugar à mesma (rápida) velocidade.

Espreitam-se luzes ao fundo do túnel em virtude dos incessantes avanços alicerçados na aposta de investimento na investigação e desenvolvimento tecnológico, por um lado, em simultâneo com aliança da biotecnologia com a medicina, por outro. E enquanto se espera a chegada de melhores soluções médicas que permitam encarar o SARS-CoV-2 e suas variantes de forma mais tranquila a nível mundial, é num outro campo onde se depositam as verdadeiras esperanças da sociedade e dos seus líderes: o da Economia. Esperanças de mitigação do sofrimento associado à pobreza, à falta ou difícil acesso a cuidados básicos de saúde e educação, reduzida esperança de vida à nascença, entre outros.

Os sistemas e estruturas económicas de muitos países revelam-se mais ou menos preparados e coerentes/bem ajustados às realidades nacionais onde se encontram implementados. Outros nem tanto. Atualmente observamos já a saída concreta de algumas nações, da difícil situação económica em que a pandemia os colocou, sendo evidente o registo de recuperações a diferentes velocidades. Também é verdade que alguns indicadores económicos e financeiros de outras nações revelam uma ténue recuperação. Porventura, podem deixar até algumas dúvidas quanto ao comportamento dessa recuperação no curto e médio prazo. Porém, as projeções que têm vindo a ser disponibilizadas neste último mês de 2021 revelam indubitavelmente recuperações nacionais com performances distintas, como se terá oportunidade de observar.

Será dada especial destaque ao inusitado fenómeno da inflação, que emerge transversalmente, mas já não silenciosamente, tal e qual perigo à espreita que procura atravessar-se à frente das composições que sulcam a vapor as linhas férreas com destino à recuperação.

1.4 UMA CRISE VIRADA OPORTUNIDADE – AÇÃO IMEDIATA, COM VISÃO DE MÉDIO/LONGO PRAZO

Estarão os políticos imbuídos da necessária seriedade à abordagem? Conseguirão ler a crise atual como uma oportunidade única no sentido de maior e, logo, melhor desenvolvimento das sociedades?

Ao longo dos tempos o Homem já deu mostras que soube dar uma resposta adequada à sua sobrevivência. Importa, pois, nos dias de hoje, saber se os líderes mundiais e de cada país estão suficientemente sensibilizados para os grandes desafios atuais, que representam a solução dos de amanhã. Resta saber se têm a lucidez necessária para concluir que a solução depende da concertação de esforços e se, sabendo-o, estão dispostos a colocar esses interesses, interesses da Humanidade, à frente dos do seu país, à frente dos do seu partido, à frente das suas próprias ambições individuais. São problemas incontornáveis para a sobrevivência do planeta, da espécie humana e de todas as outras espécies vivas que nele habitam. Trata-se dos conhecidos problemas de coexistência ou dos problemas de dignidade humana, como os que se traduzem no tráfico humano, nos movimentos massivos dos refugiados de guerra, na exploração infantil em diversas vertentes, entre outros.

É legítimo o exercício de se questionar ainda, se não de os confrontar diretamente, se, além da coragem, estão esses líderes habilitados para o efeito. Se sabem interpretar, na sua plenitude, os problemas estruturais internos existentes e bem assim, de forma a resolvê-los (convenientemente de uma vez por todas), se estão capacitados para identificar os recursos que o país tem ou precisa obter. Mais! Se têm carisma suficiente para, não só unir os seus em torno do essencial, mas também de levar a que os seus relevem divergências maiores entre si.

Equação difícil esta, a de um mundo e tempo complexos em que vivemos. Complexos pelas inúmeras variáveis em jogo, mas com a virtude de se poderem simplificar uma vez definidos os objetivos, uma vez encontrados caminhos, uma vez harmonizados esforços. Uma vez gerados consensos.

De qualquer das formas, como se demonstrará ao longo deste trabalho, é legítimo acreditar que a crise atual pode e deve tornar-se numa oportunidade de mudança ainda mais acentuada em relação modelo de crescimento económico em Portugal. Com um outro alcance. Uma mudança cujo começo já se operou desde o momento em que as sociedades começaram a reagir, em 2020, quer com soluções internas, quer com soluções externas, tenha sido por iniciativa unilateral, tenha sido num contexto cooperativo ou de diretivas da União Europeia.

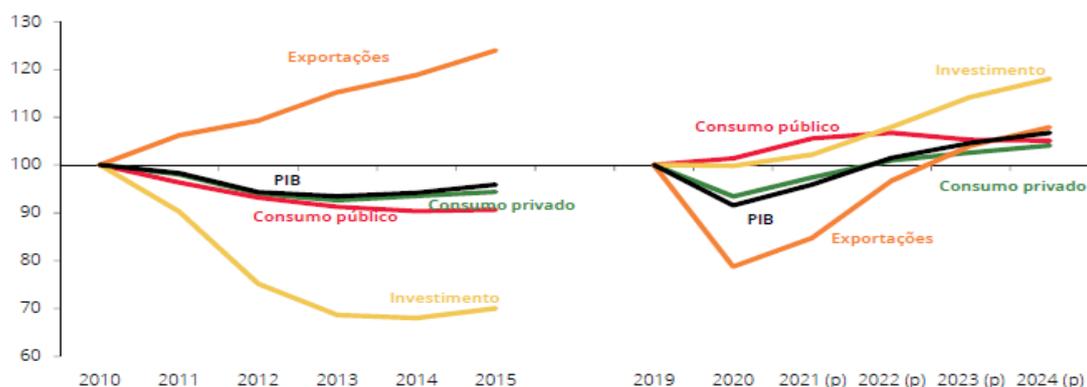
As alterações revelam-se únicas, não só pela natureza inédita dos avanços, mas também pela forma radical através da qual as inovações se tornaram, elas próprias, no procedimento padrão. Como também pelo impacto fraturante nos processos das organizações ou pelo impacto provocado pelo condicionamento ao livre fluxo de pessoas no país e entre países. Um realce, em particular, para os avanços no digital, cujos conteúdos e aplicabilidade se diversificaram transversalmente, por entre entidades privadas e organismos da administração pública.

Vivemos um mundo que experiencia uma realidade completamente diferente da vivida até ao despertar do ano de 2020. E sem qualquer hipótese de a trazer de volta.

2.A ECONOMIA PORTUGUESA

2.1 OS INDICADORES EXPRIMEM-SE

Gráfico I.3.1 • Comparação da crise pandémica com a crise de 2011-13 – PIB e principais componentes da procura líquida de conteúdos importados | Índice 2010 = 100 e 2019 = 100



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado. Os índices de base 2010 e 2019 referem-se aos anos que antecederam as queda do PIB.

Desde logo assistimos a diferenças relativamente a outro período de crise vivido anos antes. Enquanto na crise de então, a par de algum sentido de oportunidade de conversão do tecido industrial português, tornado mais vocacionado para a procura externa (já que o consumo interno submergiu) e do esforço de marketing turístico além-fronteiras, verificámos que o contexto externo dinâmico do comércio internacional permitiu que as exportações fossem uma variável-ferramenta forte e ao alcance, com o intuito de alavancar a recuperação económica no país.

As medidas impostas pela assistência financeira internacional (2011-2014) não permitiram, porque também não era verosímil que o permitissem (dado o enquadramento magro das contas nacionais e, entretanto, emagrecido do rendimento disponível das famílias), que as variáveis internas, normalmente usadas para as tradicionais expansões económicas internas pouco sustentadas, fossem o motor de recuperação do PIB. São elas, os gastos públicos e o estímulo ao consumo privado.

Atualmente, é com evidência que se destaca, mais uma vez, o consumo (público e privado), praticamente apenas e só, a contribuir para a criação de riqueza nacional interna.

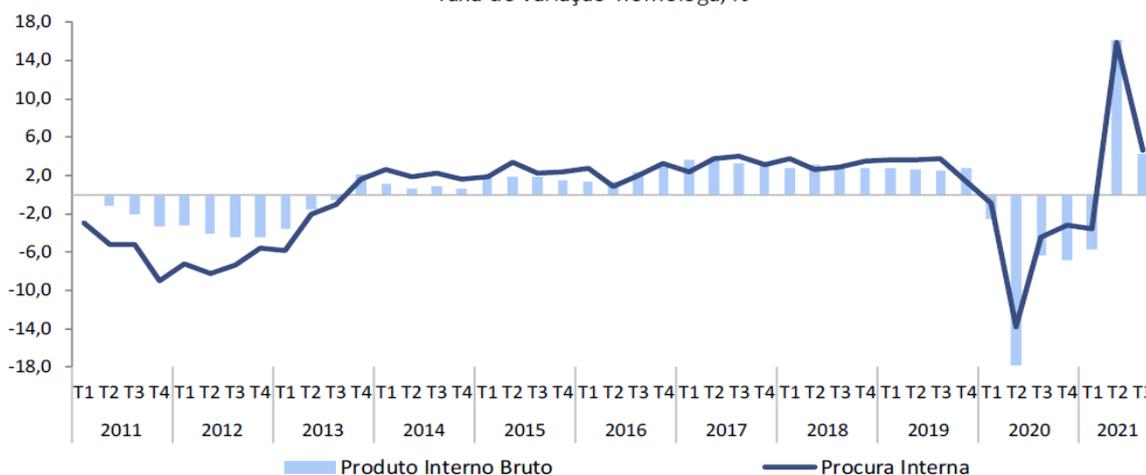
O investimento denotou um comportamento de estagnação, numa primeira metade do período de crise (2020-2021), motivado por uma atitude de expectativa em face dos desenvolvimentos futuros, aguardando por momentos mais propícios.

No campo das exportações, na medida em que a nível mundial, em contexto de confinamento, consumia-se o que era essencial, assim como artigos para o lar (artigos para reabilitação do património individual, inclusive), a produção em Portugal não foi chamada a satisfazer essa procura específica. Desta forma, não se produziram carros, não se produziu papel, não se vendeu cortiça e quanto ao turismo... Grosso modo, não se exportou. O que, por seu turno, significou maior esforço do Estado no apoio à economia, sobretudo no que toca ao emprego (através da figura do Lay-Off). De notar que Procura Externa Líquida evoluiu sempre negativamente ao longo dos trimestres do biénio 2020-2021. As importações continuam por cima, na balança comercial.

Figura 1. Produto Interno Bruto e Procura Interna em volume (ano de referência=2016)

Dados ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Taxa de variação homóloga, %



Fonte: INE

Retomando o papel importante do consumo interno nos tempos contemporâneos no desempenho da produtividade interna, observa-se que esta sempre tem acompanhado o comportamento do primeiro. Extraordinário o espelho dessa interdependência, ao longo dos anos, refletido nos valores evolutivos relativos do gráfico.

Ora um crescimento económico que se quer consistente, duradouro, mais expressivo e que não coloque sistematicamente o ónus no consumidor/contribuinte, não pode mais seguir um modelo pelo qual se tem optado. Desenvolver-se-á o tema com profundidade mais adiante.

Compreende-se, em certa medida, que neste período objeto de análise, o aumento dos gastos públicos tenha ocorrido por necessidade (extrema) e não com o propósito de estímulo. Porém, caso o comportamento crónico da despesa pública, consubstanciado nas opções políticas (enquanto instrumento de política económica) não se revelasse constantemente gravoso para as contas públicas (primeiro em matéria de défice, depois na gestão da dívida pública) hoje em dia o país enfrentaria as exigências (previsíveis e imprevisíveis) da crise pandémica com outra tranquilidade. Como, aliás, também se verá mais à frente.

2.2 A INSUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO ATUAL

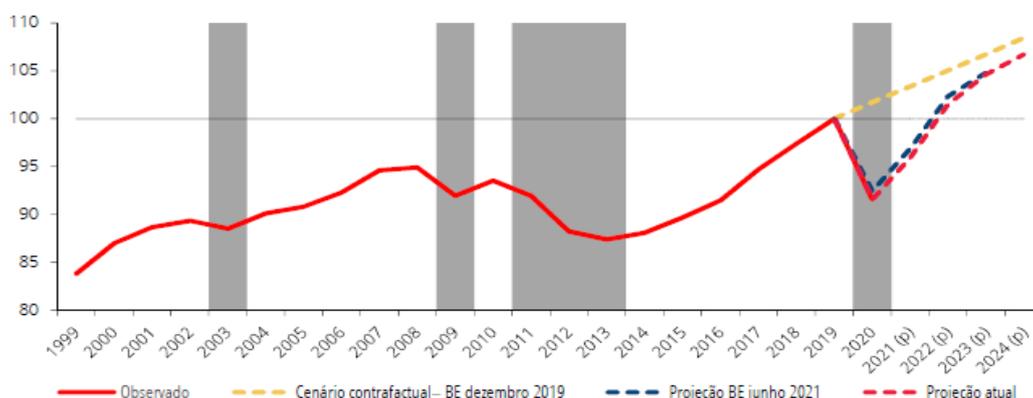
- Uma análise crítica

Caso os decisores responsáveis pela governação mantenham o mesmo rumo, valores e práticas, levaremos um século a duplicar o PIB per capita. O modelo de política económica vigente encontra-se esgotado. A situação agravou-se com a pandemia gerada pelo vírus SARS-CoV-2. O que significa que não serve mais passar a mensagem de que fazemos crescer a riqueza em termos reais em Portugal ano após ano e não servirá mais a desculpa de que, se não crescemos, a responsabilidade pelos fenómenos adversos que ocorrem encontra-se fora das fronteiras nacionais.

A paridade do poder de compra encontra-se em queda livre, os salários reais não crescem, ao invés reduzem-se, o nível da fiscalidade mantém-se esmagadoramente alto, as taxas de juro ameaçam subir em face do recrudescer da inflação, o já de si endémico endividamento das famílias, das empresas e do Estado agrava-se em fase pandémica e deixam os contribuintes, mas também os empresários e a população empregada à beira do sufoco e em oração, os estímulos à meritocracia é um conceito que os decisores de uma forma global fazem por não lembrar, a vontade por fazer mais e de uma forma melhor tem correspondência ao desinstalar muitos, a energia e o ânimo esmorecem-se. A população informada inquieta-se e fica preocupada, a menos preocupada pretende iludir-se de que nada se passa. Até um dia.

O almejado crescimento económico que, como verdadeira poção mágica, faria desaparecer no médio e longo prazo grande parte dos problemas socioeconómicos dos residentes em território nacional, encontra-se órfão. Assim tem sido.

Gráfico I.1.1 • PIB observado e projeção atual – comparação com o cenário contrafactual e com a projeção do BE junho 2021 | índice 2019 = 100



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: O cenário contrafactual corresponde à projeção do BE de dezembro de 2019 até 2022. Os valores de 2023-24 foram obtidos assumindo a tendência de crescimento dos anos anteriores. As zonas a sombreado assinalam os anos de queda do PIB.

Prima-se pelo controlo apertado das finanças públicas no sentido do seu saneamento (inquestionável e absolutamente necessário), tem-se a dívida pública debaixo de olho (como convém), mas não se dá a devida atenção ao parente pobre (além de órfão) chamado crescimento económico, de modo a controlar de uma vez por todas as primeiras (Finanças Públicas), conduzir a segunda (Dívida Pública e já agora a dos privados) para níveis administráveis e tranquilizadores e criar uma cultura de crença no desenvolvimento económico contínuo, sustentável.

Isto é dizer que é líquido que o crescimento iria levar a população portuguesa (e a quem mais no país reside) a uma circunstância de melhor educação, melhor acesso à prestação de serviços médicos, ainda melhor esperança média de vida dos habitantes, a uma população confiante de que pode chegar à idade sénior e vivê-la condignamente, criar condições de quase pleno emprego onde esteja assegurada uma vivência acima dos limiares da pobreza ou mesmo uma população que usufrua do direito à habitação. De igual forma se poderia dizer que teríamos, enquanto país, recursos que permitiriam controlar melhor a sinistralidade rodoviária, logo menos mortos na estrada, meios de deslocação mais sustentáveis ambientalmente ou ainda maior segurança nas ruas. Tudo isto (e muito mais) seria possível. Tudo isto e muito mais será possível. Assim queiram nossos governantes.

Será que não conhecem as causas do nosso atraso? Será que não conhecem a receita para lá chegar? Estudaram os assuntos? Tem competências para analisar o enquadramento económico? Têm alguém de confiança a quem pedir conselhos? Será ainda que não saberão que novos comportamentos conciliatórios deverão adotar no panorama político nacional? Será que não acreditam que alguma vez conseguiremos progresso económico?

Sabendo muitos de nós de sobejo a resposta, partamos do princípio de que os nossos governantes não o sabem. Possamos nós ajudá-los. Vejamos.

2.2.1 BARREIRAS AO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

2.2.1.1 UMA FISCALIDADE IRREALISTA

O nível da fiscalidade atingiu patamares insustentáveis assumindo-se como barreira ao investimento. Observou um crescimento médio anual de 6,5% a 7%, em termos reais, entre 2000 e 2019, fixando-se em 2020 em 34,8% do PIB. A mais alta de sempre, segundo o INE.

Os portugueses/residentes no território nacional têm sido penalizados, nesta matéria fiscal, ao longo dos tempos, muito por responsabilidade da baixa produtividade média anual. Como se não fosse o suficiente, as más (ou péssimas) práticas de gestão e éticas demonstradas por alguns banqueiros e gestores de grandes empresas publicas nacionais resultaram em intervenções do Estado bastante exigentes, no que reporta à sua capacidade orçamental, agravando défices seguidos de défices, suportados por sistemático recurso e agravamento da dívida pública.

Baixo crescimento económico médio e elevada dívida pública da República, já de si dos piores ingredientes para o bem-estar de uma população. Que dizer das circunstâncias extremamente penalizadoras para um cidadão em termos económico-fiscais, criadas em virtude da convivência entre ambos os indicadores? E que dizer se esse convívio se perpetua (e se agrava) ao longo de décadas? De que esperança se pode alimentar o contribuinte português?

Em 2021, entre os 37 países da OCDE escrutinados, Portugal mantém o 34º lugar no ranking do Índice de Competitividade Internacional em matéria fiscal (que ocupava nos últimos anos), segundo dados da *Tax Foundation*. Para a formação do índice é considerada a tributação sobre as empresas, a tributação sobre as pessoas singulares, sobre a propriedade e sobre o consumo. Leva ainda em conta as regras associadas a operações/relações transfronteiriças.

Aquele organismo observa que Portugal não é apelativo na captação de investimento estrangeiro. Melhor, é o país da OCDE mais demovedor à formação de capital fixo para um investidor estrangeiro!! Ou seja, Portugal não só não é apelativo ao investimento direto estrangeiro como ainda o repele! O título de país da OCDE mais antípoda do crescimento económico é-lhe atribuído, pois, porque, por cada dólar de lucro adicional tributável, é aquele que mais tributa marginalmente (esse mesmo dólar).

Entre os pontos positivos, é louvada a possibilidade de as empresas poderem deduzir os tributos sobre a propriedade aos seus resultados antes de impostos, assim como a isenção que recai sobre os dividendos e ganhos de capital auferidos no estrangeiro (excetuando os obtidos em paraísos fiscais ou equiparados) ou mesmo a admissão de custos de depreciação e amortização em maquinaria em níveis acima da média dos países tidos.

Quanto aos pontos negativos, além da já referida nefasta elevada taxa de tributação marginal sobre o lucro, é vincado o facto de o sistema fiscal português ter a mais alta taxa combinada de

tributação às empresas, cifrada em 31,5%, quando a média dos países da OCDE estabelece-se em 22,9%. Neste computo de pontos negativos, é ainda referenciada a forte limitação das empresas no montante permitido no reporte de perdas para os exercícios seguintes, tal como a impossibilidade de fazer uso de perdas atuais, por via do reporte, a lucros evidenciados em exercícios anteriores. Assim como é sublinhada negativamente a taxa normal do imposto sobre o consumo (IVA) de 23%.

2.2.1.2 O LICENCIAMENTO AO INVESTIMENTO – UM MODELO INADEQUADO

Qualquer pedido de licenciamento enfrenta um quadro regulatório pouco claro e discricionário:

- Entendimentos díspares entre os diversos departamentos ministeriais;
- Uma legislação aplicável dispersa e com falta de clareza. Não é raro um investidor externo ou mesmo português ser surpreendido com a falta/o pedido de um requisito mais;
- Imprevisibilidade quanto ao tempo necessário para uma decisão relativa à aprovação do projeto.

Pelo que se conclui facilmente pelo indesejável elevado grau de incerteza na esfera do investidor.

2.2.1.3 O ESTADO DEFICITÁRIO DA JUSTIÇA

O modelo processual é tão antigo quanto desajustado, deveras estigmatizado. As estruturas judiciais são ineficientes e mal geridas, os juízes muito condicionados na formação das suas decisões, os recursos são distribuídos de forma pouco eficiente, com reflexos pouco abonatórios no funcionamento da justiça, investigadores e procuradores da República com meios e recursos financeiros cada vez menores e mais condicionados pelo poder político.

2.2.2 A DIFÍCIL SITUAÇÃO ECONÓMICA DAS FAMÍLIAS

Existem boas notícias, em relação a algumas variáveis económicas. E que é sempre de dar valor. Mas pecam por ficar aquém do desempenho que poderiam ter. Pecam por falta de articulação com outras. Daí que, por si, não oferecem o efeito multiplicador desejado.

Em outubro de 2021, o INE registou que eram sensivelmente mais 80.000 mil pessoas ativas, em relação ao período homólogo. E que eram quase mais 150.000 pessoas empregadas, também em relação ao mesmo mês de 2020. Mais! Que a taxa de desemprego, no pico do último verão, rondou os 6% (o equivalente a um pouco mais de 300.000 pessoas) e que a taxa de subutilização do trabalho caiu para os níveis mais baixos desde que é acompanhada (ligeiramente acima de 3%, um pouco mais de 600.000 pessoas). Para tal muito contribui fortemente os estímulos à manutenção do emprego concedidos pelo governo, em época pandémica.

Mas estes números escondem uma outra face da mesma moeda. A montante, as famílias (e os particulares, de uma forma geral) deparam-se com o seu rendimento disponível sempre associado à carga fiscal vigente. Tanto que, a jusante, atendendo às necessidades elementares de consumo, no que toca ao parco salário real, muito não lhes restará na expectativa de poder aforrar ou de um consumo adicional. Termos médios colocados, obviamente falando.

Os sintomas da verdadeira situação económica em que se encontram as famílias agravam-se consideravelmente com as condições tal como as que temos vindo a atravessar. E em condições tais que as moratórias bancárias, que se prolongaram consideravelmente, para amortecimento das dificuldades de gestão dos orçamentos familiares, revelaram-se tão essenciais e, acima de tudo, tão abrangentes.

A população residente tem dificuldade, não por responsabilidade sua, em se libertar da elevada carga fiscal. Uma vez mais se invoca uma dívida pública portuguesa elevada, de mãos dadas (sempre de mãos dadas) com a crónica falta de crescimento e, hoje, com fatores decisivos que

não permitem o seu afrouxamento. Em face de uma crise de saúde pública nunca antes vista, só no setor da saúde, o Estado viu-se na necessidade de aumentar percentualmente o seu orçamento em valores que raíam os dois dígitos.

O quadro seguinte expõe o desconforto e o desconforto relativo em que as famílias/agregados em Portugal se encontram, atento os valores apresentados para as Despesas de Consumo Individual (enquanto melhor indicador na medição do bem-estar das famílias).

Quadro 1. Índice de volume per capita: em PPC, UE27=100

País	Produto Interno Bruto (PIB)			Despesa Consumo Individual (DCI)			Diferença PIB, em p.p.		Diferença DCI, em p.p.	
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Luxemburgo	261,5	254,3	263,1	152,1	149,2	144,6	-7,2	8,8	-2,9	-4,6
Irlanda	189,6	190,1	208,9	94,7	95,1	90,1	0,5	18,8	0,4	-5,0
Suíça	160,4	156,5	160,2	125,3	122,5	124,4	-3,9	3,7	-2,8	1,9
Noruega	156,3	145,3	140,2	132,0	128,4	125,7	-11,0	-5,1	-3,6	-2,7
Dinamarca	128,7	127,5	134,7	117,3	115,4	121,5	-1,2	7,2	-1,9	6,1
Holanda	129,5	128,2	132,5	115,2	115,1	116,9	-1,3	4,3	-0,1	1,8
Austria	127,6	126,2	124,5	118,9	117,9	115,6	-1,4	-1,7	-1,0	-2,3
Suécia	119,8	118,6	123,0	111,1	108,4	112,4	-1,2	4,4	-2,7	4,0
Alemanha	123,7	120,9	122,6	123,5	122,2	124,2	-2,8	1,7	-1,3	2,0
Islândia	128,1	126,6	119,8	115,6	114,4	119,4	-1,5	-6,8	-1,2	5,0
Bélgica	117,6	117,9	118,9	114,4	114,4	114,1	0,3	1,0	0,0	-0,3
Finlândia	111,0	109,4	113,0	113,5	111,3	113,2	-1,6	3,6	-2,2	1,9
França	103,8	106,0	104,4	108,7	109,2	110,1	2,2	-1,6	0,5	0,9
Reino Unido	106,6	106,6	104,3	115,9	116,5	112,9	0,0	-2,3	0,6	-3,6
Malta	102,0	103,0	96,7	85,6	85,7	80,7	1,0	-6,3	0,1	-5,0
Itália	97,2	96,3	93,7	100,3	99,8	96,3	-0,9	-2,6	-0,5	-3,5
Czequia	92,1	93,1	93,0	84,3	85,1	84,4	1,0	-0,1	0,8	-0,7
Eslovénia	87,3	88,3	88,8	80,6	82,4	81,8	1,0	0,5	1,8	-0,6
Chipre	90,8	92,0	88,2	95,4	96,1	96,1	1,2	-3,8	0,7	0,0
Lituânia	81,4	83,7	86,9	90,6	92,3	94,6	2,3	3,2	1,7	2,3
Espanha	91,2	90,7	84,4	91,5	90,7	85,1	-0,5	-6,3	-0,8	-5,6
Estónia	81,3	82,4	84,2	74,5	75,0	77,3	1,1	1,8	0,5	2,3
Portugal	78,2	78,6	76,4	85,1	85,6	84,4	0,4	-2,2	0,5	-1,2
Polónia	70,7	72,6	75,7	77,9	79,3	82,6	1,9	3,1	1,4	3,3
Hunaria	71,4	72,8	73,9	65,2	66,7	69,6	1,4	1,1	1,5	2,9

FONTE: Eurostat

2.2.3 O ESTADO DOS FATORES DE PRODUÇÃO NO SISTEMA PRODUTIVO PORTUGUÊS

2.2.3.1 O FATOR DE PRODUÇÃO TRABALHO - A MÃO-DE-OBRA

- O Envelhecimento da População

A redução do número de residentes no país leva a que muitos lugares de emprego permaneçam por ocupar ao longo dos tempos, em lugares chave no ensino, na logística ou mesmo em serviços necessários ao funcionamento de uma economia ou de uma sociedade. Falamos nomeadamente de serviços de manutenção, de manobra de maquinaria, trabalho braçal na área das operações, na grande distribuição ou mesmo no comércio.

É inevitável que se tenha que recorrer à mão-de-obra imigrante seletiva para fazer falta a lacunas. Questiona-se porque é que as instituições públicas, como o IEFP ou o Ministério dos Negócios Estrangeiros não diligenciam recrutamento no exterior, em articulação com as empresas deficitárias em recursos humanos? Canadá e Austrália sempre o fizeram.

2.2.3.2 O FATOR DE PRODUÇÃO CAPITAL FÍSICO

- O endividamento das Empresas e o Condicionamento do Investimento Interno

Determina a racionalidade económica que ganhos adicionais de rentabilidade se podem almejar, mesmo que não haja capital próprio para se investir. Desde que a taxa de retorno seja superior à taxa do custo de oportunidade do capital (a taxa de juro do mercado).

Deste ponto chegamos àquele em que um qualquer investidor nacional está, à partida, em condições de crescer com capitais alheios. Porém, de forma a sustentar um investimento de

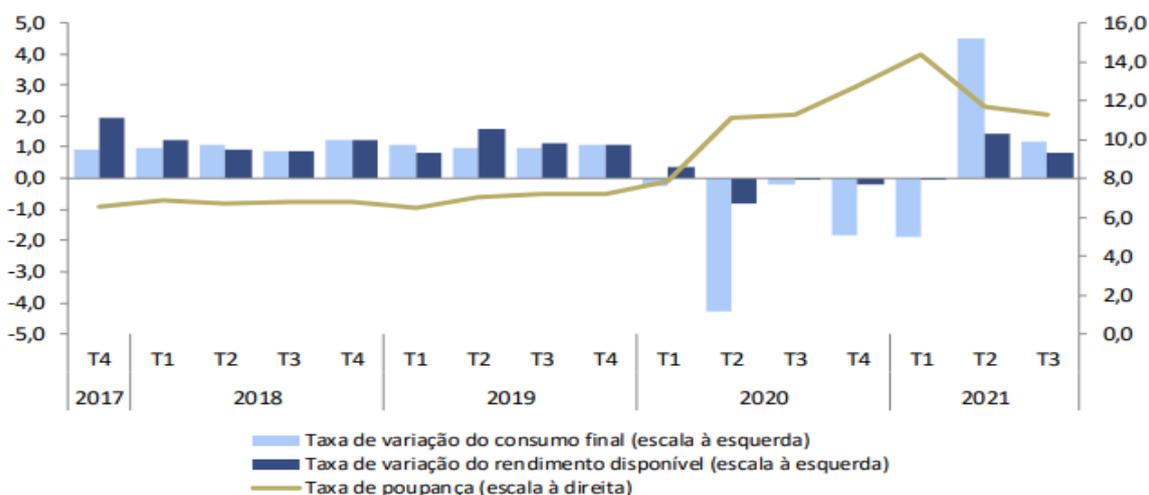
dimensão tal que permita elevar os padrões quantitativos (e também qualitativos) da produção interna portuguesa, aquela opção de financiamento não estará ao alcance de muitos. Não só por falta de dimensão do investidor nacional e também do mercado nacional. A limitação deve-se em muito à situação económica de muitos, em particular face aos compromissos assumidos em empréstimos anteriores e por se vencerem.

Conclui-se que o potencial investimento dos nacionais é de todo suficiente.

- O Endividamento das Famílias e o Nível de Poupança

Pelos motivos anteriormente apresentados no ponto 2.2.2, relativos às dificuldades sentidas pelos agregados residentes em Portugal, os níveis de poupança apenas atingiram níveis tais porque a população, de um modo geral, ficou impedida ou sem motivação para consumir. Não podia sair para a rua e não fazia sentido consumir produtos que apenas socialmente evidenciam alguma utilidade pessoal. Pelo que não será a poupança portuguesa que poderá alicerçar os níveis de crescimento necessários, num novo paradigma e de forma continuada.

Figura 4. Taxa de poupança das Famílias (%; ano acabado no trimestre)



2.2.3.3 O FATOR DE PRODUÇÃO CAPITAL HUMANO

- Os níveis da Educação

Não obstante os ganhos já alcançados, a população portuguesa (e demais residentes no país) não granja, nem de qualificações nas áreas necessárias, nem de número suficiente, para alavancar o crescimento económico fundado na produção de bens e serviços de alto valor acrescentado, diferenciadores no mercado global. Falha claramente a aposta na educação, medida pela crescente falta de professores qualificados no ensino obrigatório e em áreas vitais.

2.2.3.4 O FATOR DE PRODUÇÃO RECURSOS NATURAIS

Parco em recursos naturais que possam trazer riqueza ao país, sejam por se apresentarem como passíveis de integração no sistema produtivo de bens com elevada procura à escala global (como o cobalto ou o níquel, entre vários), quer pela sua importância enquanto recurso energético limpo (como o gás natural), Portugal aguarda por resposta das Nações Unidas relativamente à sua proposta de expansão da plataforma continental. Facto que permitirá a expansão do seu território marítimo, já de si substancial, sobretudo por comparação com o seu território terrestre, para uma área próxima de 4.000.000 km². E, assim, ganhar controlo sobre importante mineração que se

crê existir em mar profundo. O país garantirá acesso a minérios importantes para o desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia, bem como assim para energias renováveis.

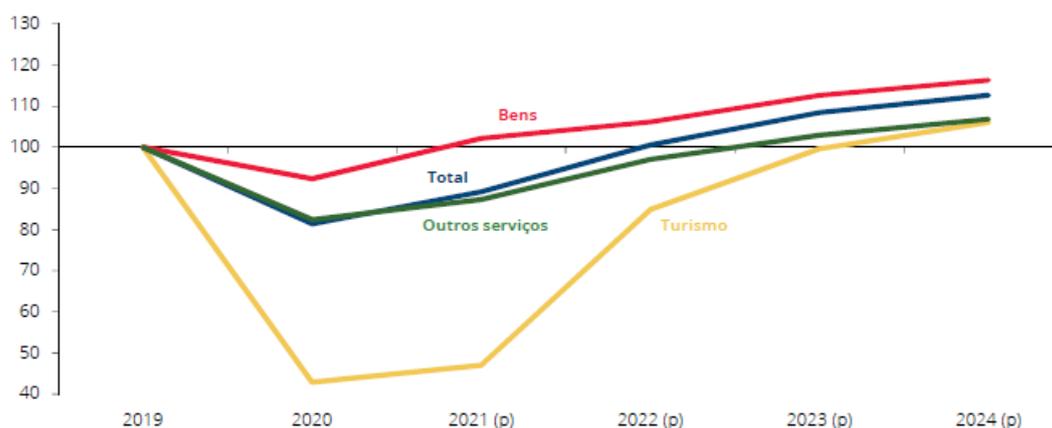
Porém, como se trata de assunto controverso, na medida em que este tipo de exploração de recursos poderá destabilizar de forma significativa os ecossistemas marinhos, esta atividade exige o emprego de tecnologia avançada. Oportunidade maior no sentido da reindustrialização, que acresce às potencialidades do Oceano já identificadas, em matéria de recursos.

2.2.4 EXPORTAÇÕES – A EXCESSIVA DEPENDÊNCIA DO TURISMO

Não são necessárias muitas explicações técnicas para se demonstrar o quanto as exportações se encontram demasiadamente expostas às interrupções nas vagas de turistas que invadem sazonalmente nossas praias, principais cidades, campos de golf, região do Douro vinhateiro e ilhas.

Por esse motivo a queda do PIB português foi das mais acentuadas entre os da União Europeia, em 2020. Por esse mesmo motivo a retoma não se verificou mais cedo e o produto interno não atingirá os níveis de 2019 tão rapidamente. Por esse motivo assistiremos conformados a um novo e mais acentuado atraso na ambicionada convergência do PIB real com o da média europeia.

Gráfico I.3.4 • Exportações: total e componentes | Índice 2019 = 100



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Nota: (p) – projetado.

2.3 REFORMAS ESTRUTURAIS NECESSÁRIAS À PRODUTIVIDADE E À COMPETITIVIDADE – UM NOVO MODELO DE CRESCIMENTO

Tendo em vista uma maior produtividade e competitividade da economia, que se querem num registo sustentado, ganha importância vital a captação de investimento produtivo direto estrangeiro que promova produtos e serviços sofisticados, com elevado valor acrescentado, vendáveis à escala mundial.

Esta ambição revela-se, além de necessária, perfeitamente alcançável quando aplicada uma receita certa, feita de ingredientes adequados. Mais, justifica-se não só pelo facto de o mercado nacional apresentar intrinsecamente dimensão diminuta (em face das necessidades de crescimento da produção agregada nacional), mas também porque não será realista esperar por um crescimento assente, quer no consumo privado nacional, quer nos estímulos do Estado, quando a grande maioria dos intervenientes se revelam cronicamente descapitalizados e sobre

endividados perante o exterior. Precisamente a receita errada a que, de forma fácil, irresponsável e sistemática, as sucessivas governações têm recorrido no âmbito da política económica optada.

Neste contexto, a produção de bens e serviços de valor acrescentado deverá ser assumida, acima de tudo e de forma séria, como uma premissa de eleição tal e qual como seta apontada às exportações.

Para o efeito elegem-se algumas transformações elementares, profundas e abrangentes, ora na esfera de funcionamento do Estado, ora na esfera empresarial, ora sob a forma de estímulos, igual e transversalmente defendidas pela sociedade civil. Nomeadamente académicos, economistas, juristas ou engenheiros genuinamente interessados pelo futuro do país.

Tanto que, consensualmente, se tem que quanto mais cristalizada se encontra uma economia (em grande parte com uma estrutura ultrapassada inclusa e mal orientada), mais profundas se devem assumir as mudanças. Ainda que, como acredito, de aplicação singela. Vejamos.

2.3.1 FATORES IDEOLÓGICOS E SOCIO-CULTURAIS ENDÉMICOS

Ganha importância vital, na captação de investimento direto estrangeiro

- A Política e a Conjuntura Político-Partidária

Desejável uma nova cultura política, mais moderna e objetiva, orientada para a nação. Materializada por novos quadros políticos, que privilegiem acordos em áreas chave consensuais e que permitam estabilização na prossecução de objetivos económicos e sociais do interesse comum. Releva a vontade, a convicção e a coragem política.

Ganha igualmente importância, no domínio da comunicação e, logo, da perceção social relativa à mudança do paradigma, a mudança do discurso político. Criará empatias e *engagement* dos agentes económicos.

- Corrupção

Segundo o organismo *Transparency International - Portugal*, o país, em 2020, atingiu a pontuação mais baixa de sempre no Índice de Perceção da Corrupção. Mais refere os 61 pontos alcançados, em face dos 66 que constituem a média da União Europeia.

Defende-se um maior, total incentivo e proteção à delação, tal como maior aceitação da *prova indireta*, entre as medidas demovedoras de práticas/barreiras ilícitas à iniciativa.

- Os Reguladores

Pretendem-se entidades reguladoras sólidas, transparentes e que divulguem com frequência o seu trabalho, acumulando, assim, credibilidade. Para a qual concorrem, igualmente, processos de nomeação idóneos.

- Comunicação Social ativa e independente

Só assim se pode construir um contrapoder forte, com funções de escrutínio.

2.3.2 A JUSTIÇA

- Funcionamento eficiente dos Tribunais e da Justiça

Conferir maior eficácia, celeridade, transparência e qualidade nas decisões: maior autonomia financeira, modelo de gestão dos recursos mais próxima do de gestão operacional das empresas, metodologia de distribuição processual mais coerente com a agilização, fim dos Megaprocessos, alterações de base legal que mitiguem manobras dilatórias e penalize a *litigância de má-fé*.

2.3.3 A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Levar o conhecimento no domínio da gestão empresarial à Administração Pública
Como forma de tornar gestão pública mais objetiva e eficiente, com ganhos notórios para a população e empresas.

2.3.4 AS RELAÇÕES LABORAIS

- A Meritocracia
Valorizar o mérito, premiando-o. A discriminação positiva. Passa a mensagem, para os menos empenhados, de que se trabalharem mais serão compensados em resultado do seu esforço. De que vale a pena trabalhar mais um pouco, desinstalando-se. Para os que já se esforçam, demonstra-se de que o seu esforço e atitude de empenho têm a devida distinção e reconhecimento, sendo o prémio de produtividade a respetiva retribuição. Demonstra-se que vale a pena a dedicação e a contribuição para melhorias substanciais na produtividade da organização a que pertence. Maior equidade, menor igualdade, tão injusta quanto inadequada;
- Legislação laboral
Flexibilidade nas relações laborais, com respeito pelos direitos elementares, que permita a aplicação concreta da medida de bancos de horas, assim como um esquema laboral que se adequa à especificidade de cada setor/indústria, num contexto de maior produtividade e em sincronia com um Modelo de Governança Corporativa Dualista (Vide pontos seguintes).

2.3.5 O ESTADO E AS POLÍTICAS DE ESTÍMULO À PRODUTIVIDADE

- A Política Fiscal
Talvez uma das mais pertinentes recomendações para a mudança de paradigma: Menos fiscalidade para quem mais produz. Atende-se ao binómio de não se penalizar quem mais contribui e melhor desempenho apresenta, por um lado e de se estimular os esforços do empresário em ir um pouco mais além, por outro.
- O Conhecimento
Apostar fortemente na formação superior de licenciados e doutorados em CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Para que, logo depois, se faça do Conhecimento presença constante no sistema produtivo uma das causas mais importantes, se não mesmo a central. Incorporar mais conhecimento no aparelho produtivo representa acrescentar mais valor na cadeia produtiva, onde os produtos e serviços resultantes se diferenciarão positivamente. Saber como fazê-lo de forma eficiente.
- Licenciamento dos Projetos de Investimento
Deseja-se uma apreciação do pedido de licenciamento mais célere e uma clarificação regulamentar: perfeita identificação dos gabinetes na Administração Pública que decidem, esclarecimento quanto aos encadeamentos ao longo da tramitação do processo e informação unívoca relativamente aos prazos decisórios, bem como quanto às normas aplicáveis que suportam a apreciação e respetiva decisão.

2.3.6 AS EMPRESAS E A INOVAÇÃO COMO FATOR DE DIFERENCIAÇÃO – A REINDUSTRIALIZAÇÃO

- Modelo de governança corporativa dualista

Corresponde aos modernos parâmetros de governo das empresas, postos já em práticas noutros países da União Europeia, com sucesso. Caracteriza-se por uma gestão que coloca em paridade os interesses dos trabalhadores e os interesses dos acionistas, numa ordem de equilíbrio de interesses. As práticas de gestão estão adequadas à premissa, sob escrutínio de um conselho de supervisão independente, isto é, não subordinado ao conselho de administração e com competências supra sindicalistas.

- A Investigação tecnológica

Elementar, a integração do conhecimento na cadeia produtiva. Não haja lugar a ilusões. Só com o estímulo ao desenvolvimento tecnológico, se atingem ganhos produtivos continuados e de forma sustentada, consubstanciados na criação dos, já anteriormente invocados, serviços e produtos finais (ou de consumo intermédio) sofisticados, de valor acrescentado relevante.

- O papel das Universidades e dos Institutos Politécnicos

Importantíssimo, seus papéis, ora na investigação & Desenvolvimento, ora na captação e fixação geográfica descentralizada do Capital Humano. São mais que recomendadas, as criações de parcerias entre empresas e universidades e Institutos Politécnicos, numa ótica de complementaridade, potenciando o progresso tecnológico e a integração sucessiva e definitiva do conhecimento na cadeia produtiva.

- Incentivos Financeiros e Fiscais

Só assim se permite que o crescimento empresarial ganhe dimensão, com todos os ganhos subjacentes.

- A Capitalização das Empresas e O Papel do Banco de Fomento

Com o bom funcionamento do Banco de Fomento mitiga-se a questão sempre premente das dificuldades e condicionalismos de capitalização as empresas portuguesas (com maior relevância para as de setores chave), da mesma forma que se ultrapassa os condicionamentos criados pela insuficiência do nível de poupança (dimensionado à economia portuguesa), com vista ao investimento.

- A Importância das Infraestruturas Adequadas no Âmbito da Logística

Aposta definitiva nas linhas ferroviárias (de bitola europeia) como infraestrutura privilegiada para o transporte da produção nacional exportada. Da mesma forma que não se deve descurar a importância da via marítima na expedição de produtos exportados, reforçando investimento de modo que se crie uma rede de portos eficientes, preferencialmente articulados entre si, mas sobretudo a operar num sistema integrado com as diversas indústrias. Contexto onde releva a eficiência dos serviços aduaneiros.

- As Ligações Digitais do País ao Mundo

Num mundo que se abriu forçosamente ao uso generalizado do Digital, com o início da crise pandémica, sem jeito (nem necessidade) de se voltar às formas organizacionais de procedimento e comunicação anteriores, o país tem absoluta vantagem de converter os seus conteúdos ao digital.

Da mesma forma que os ganhos serão imensuráveis caso continue a evidenciar esforços para captar o interesse na localização em solo nacional das grandes (e por que não pequenas)

Tecnológicas mundiais. Não apenas a pensar nas economias que gravitarão em seu torno, em domínios de empregabilidade, mas também na atração de capital humano com efeito multiplicador e nas receitas geradas e, por conseguinte, arrecadadas pelo Estado. Pelo que a aposta na captação de investimento externo deve indubitavelmente concentra-se neste sector.

2.4. UM MAR DE OPORTUNIDADES

2.4.1 A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Além dos evidentes ganhos ambientais, esta transição energética assume-se como uma oportunidade única no sentido da criação/atribuição de valor acrescentado ao sistema produtivo português, conferindo-lhe maior competitividade. E por duas vias. Por um lado, a reindustrialização, implícita na fundação de uma nova estrutura produtiva de base tecnológica sólida, adequada às novas fontes de energia, certamente conferirá maior eficiência estrutural. Transformando a cadeia de valor em si. Por outro lado, a reindustrialização pode e deve servir para se ganhar uma posição de vantagem no tabuleiro internacional, por via da diferenciação (na produção de bens e serviços) e com vocação para a exportação, na medida em que o país pode vir produzir maquinaria e estruturas produtivas com que dotou o seu próprio sistemas produtivo, mais eficiente e sustentado por energias verdes. É disso exemplo a aposta na Investigação, desenvolvimento e execução de sistema alimentados a Hidrogénio. Hajam mais apostas idênticas e de forma continuada.

Além de que, adicionalmente, caso saiba agir no sentido e momentos certos, o país poderá acumular capital humano especializado, essencialmente através da captação de investimento direto do exterior e, com ele, a desejada aquisição do conhecimento trazido (de base tecnológica), contemple-se ou não parcerias. Ou através da já referida aposta nacional na Investigação & Desenvolvimento pelos particulares e estimulada com seriedade pelo Estado.

2.4.2 PRR - OS FUNDOS ESTRUTURAIS

Com a chegada da crise pandémica, Portugal veio a revelar-se como um dos países da União Europeia que mais ficou a perder, conforme avançou o Prof. Augusto Mateus, em artigo recente no Observador. Que a pandemia não permitiu que se gerasse riqueza, dentro de suas fronteiras, prevista no valor de 40 mil milhões de euros.

Ainda que prejudicado nestas contas de “lucros cessantes”, Portugal vai poder (e já começou a) contar com montantes que ascenderão de 58 mil milhões a 80 mil milhões de euros, entre incentivos à economia concedidos a fundo perdido e apoios sob a forma de empréstimos reembolsáveis. Apenas no que se refere ao Plano de Recuperação e Resiliência. Existirão outros.

Saibam os decisores do nosso país como aplicá-los, onde bem aplicá-los e aferir a eficácia da sua aplicação, com os olhos fixados no crescimento económico.

3. A ECONOMIA MUNDIAL

3.1 AS VARIÁVEIS MACRO

Percorrendo a tabela de variação percentual do PIB real *per capita* no mundo, entre as principais forças económicas a nível mundial, apenas a China surge em 2020 com crescimento de 2%. Já para 2021 o FMI não projeta variações negativas por entre as nações mundiais, de uma forma geral e em relação ao crescimento do PIB real, à exceção da Venezuela, Porto Rico e Angola. Uma nota, a de que o Líbano e Afeganistão não viram seus dados publicados.

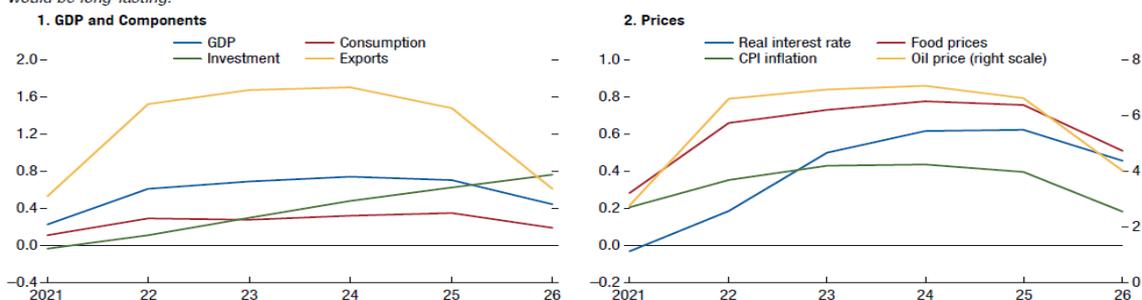
Mas, comparando as observações e as projeções do comportamento deste importante indicador (seja na modalidade *per capita*, seja na de valores globais), de realçar que a performance de saída da crise não é cronologicamente pautada pelos mesmos momentos, nem as velocidades idênticas para todos os países. Mas, a crise afetou todas as nações globalmente? Certamente que sim. Mas não foi igual a performance do PIB entre elas, desde logo, desde o começo. Aproximemo-nos.

Tomemos 3 países: Irlanda, Gana e Taiwan. Por razões distintas, nenhuma delas conheceu crescimento negativo ainda em 2020. Continuando pela perspetiva do *World Outlook 2021* do FMI, a primeira fechou o ano a crescer 5,9%! O Gana 0,4% e Taiwan 3,1%. Esta última evidencia um saldo da Balança de Transações Correntes (BTC) a fixar-se em 14,2% do PIB. No sentido contrário, a Irlanda e Gana sustentaram, respetivamente, um saldo negativo das suas BTC, cifrados em -2,7% e -3,1% do PIB. Os números, tal como são revelados, no que toca aos saldos das BTC, não revelam o quanto as suas exportações relevaram. Seria, pois, necessário aferir com outra profundidade o quanto as necessidades de importação de cada um dos países podem ter absorvido o efeito de alavancagem da exportação dos produtos nos quais apresentam vantagens e que certamente contribuíram para o desempenho notável das respetivas produtividades internas em 2020. Taiwan com a sua força competitiva alicerçada na tecnologia (da qual os microprocessadores ganham expressão máxima), o Gana na produção de mandioca e a Irlanda concentrada nas Tecnológicas/Digital.

É consensual uma recuperação global da economia mundial, com o contributo das economias de todas as regiões geográficas, sendo natural que, em cada uma delas, umas puxem mais que outras pelo crescimento da produção mundial. Uma vez que se mantiveram preservadas as estruturas produtivas das economias (seus fatores de produção), o relançamento fica dependente do comportamento da oferta, da procura, do ajuste entre si e de se saber o quanto o comportamento resultante na esfera dos preços poderão comprometer os termos dessa mesma recuperação.

Figure 1.4. Global Effect of Three Large Recovery Packages on Macroeconomic Variables and Prices
(Percent change relative to baseline)

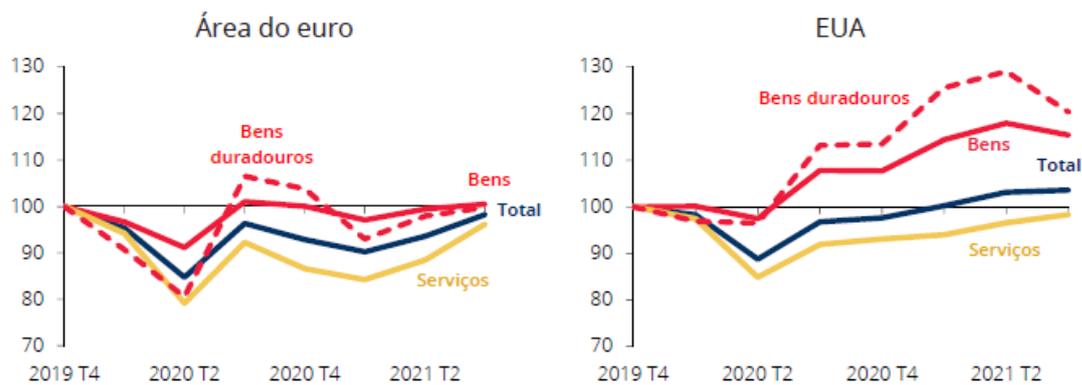
Global GDP and gross exports would see a sizable increase, the rise in prices would be transitory and moderate, and the increase in global interest rates would be long-lasting.



Sources: IMF World Economic Outlook database; and IMF staff calculations.

Note: The figure focuses on three large recovery packages announced since April 2021 by the European Union (NextGenerationEU) and the United States (American Families Plan and American Jobs Plan). Simulations use the G20 module of the Flexible System of Global Models. CPI = consumer price index.

Gráfico C1.2 • Decomposição do consumo privado – área do euro e EUA | Índice 2019 T4 = 100



Fontes: Eurostat e Federal Reserve Bank of St. Louis. Notas: Dados em volume. Agregação da área do euro com base nos dados disponíveis.

3.2 O FENÓMENO DA INFLAÇÃO INSURGENTE

3.2.1 O CONTEXTO MUNDIAL

É clara a enorme pressão que a procura exerce nos dias de hoje, sobre a oferta. Talvez a grande onda inflacionária tenha vindo a formar-se em meados do passado ano de 2020. Mas foi ao longo deste ano que se tornou visível, com a confirmação da forte tendência manifestada no decorrer deste 2º semestre de 2021, suscitando motivos de alguma preocupação. E se é evidente que a enorme pressão sentida no lado da oferta ganha expressão direta no aumento exponencial da procura, não menos é verdade que a própria oferta derivou, sensivelmente a partir de março de 2020, mês do primeiro confinamento mundial absoluto, num movimento brusco e acentuado, no sentido diametralmente oposto do da procura. Tem recuperado, a oferta, mas não atingiu ainda os níveis pré-pandémicos. Os preços dos alimentos encontravam-se 40% acima do índice pré-pandémico, à entrada para o último trimestre de 2021.

De certa forma acredita-se que a inflação se trata de um fenómeno de curto/médio prazo, até que procura e oferta se ajustem. Mas, por seu turno, constitui por ora exercício difícil, o de prever o momento temporal exato (ou mesmo aproximado), no futuro, em que tal se sucederá.

Entra em cena o inevitável ator - o fator Tempo. Todos acabam por dar-se conta da sua importância e rebeldia, do seu alheamento às causas mundanas. Indiferente a tudo e a todos, levará o Tempo o tempo que achar dever demorar para resolver os assuntos que tem em mãos. E tudo e todos sabem que ele não se deixará pressionar, que ele não se deixará manipular. Fica assim nas suas mãos o momento de ocorrência do novo ponto de equilíbrio.

Até que tal ocorra, o perigo espreitará. Pois enquanto o índice de preços continuar a subir sem controlo, a gestão da dívida pública de países consideravelmente endividados (Portugal à cabeça) é colocada em xeque-mate. E naturalmente a solvência do país. Erguem-se progressivamente perspectivas de possível atuação das autoridades monetárias, no sentido de aumentar as taxas de juro diretoras, como medida mais eficaz para sustentar abruptamente a escalada de preços. Uma vez tomada a opção do uso daquele instrumento de política económica e monetária, daremos conta de um sobreaquecimento das taxas de juro exigidas, nos mercados secundários, associado ao risco de incumprimento de nações como Portugal, Espanha, Grécia, Itália ou mesmo França. Pelo que, quando tiverem necessidade (e têm-na sempre) de recorrerem ao mercado obrigacionista

internacional para se financiarem, sentirão dificuldades. Como é sobejamente sabido, numa situação como a tipificada, a República Portuguesa perfilar-se-á como uma das que não se mostrará com argumentos para se manter solvente. Isto é dizer, manter-se como nação capaz de honrar as responsabilidades financeiras (anteriormente assumidas) e nação capaz de fazer a sua sociedade funcionar. Com a agravante de consigo arrastar o sistema financeiro português, entrando a economia real num ciclo depressivo, nada mais restando a não ser a solicitação de um pedido de assistência internacional... uma vez mais.

Neste contexto inflacionista, ganha especial relevância a forma como as autoridades monetárias (BCE em concreto) gerem as expectativas de todos os agentes económicos, a nível global, em relação ao meio pelo qual pretende agir/reagir.

Além das inúmeras causas inflacionárias (sobre as quais mais adiante se versa), outra gestão de expectativas, a do comportamento dos preços por parte do consumidor (mas também do produtor), joga papel de igual especial relevância no campo da variável Inflação. Caso se instale nos consumidores a crença de que os preços sobem significativamente e que assim irão continuar a subir durante considerável lapso temporal, incorporarão essa expectativa nas suas negociações salariais, levando a que o aumento do rendimento disponível das famílias/particulares acentue ainda mais pressão da procura sobre a oferta. Lógico será de esperar que esta alavancagem gravosa na subida dos preços retirará poder de compra às famílias e particulares, de uma forma geral, absorvendo grande parte do inicial efeito de aumento real dos salários.

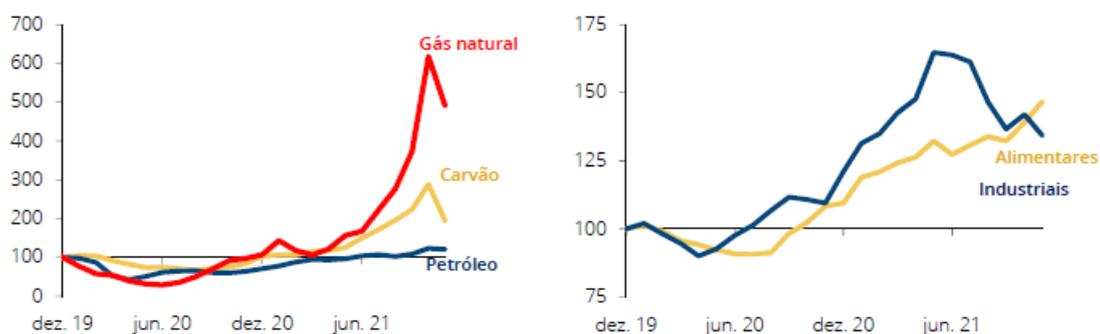
Os efeitos das repercussões de antecipação do perpetuar da subida dos preços, por parte da população empregada, mostrar-se-ão tão mais efetivos e nefastos quanto maior o poder negocial dos trabalhadores.

O FMI refere 3 razões maiores, por detrás do movimento inflacionista geral: a evolução dos preços na construção civil, mudanças estruturais no mercado de trabalho e o efeito de subida dos preços alimentícios. Mas há mais. Vejamos.

3.2.2 POR DETRÁS DA SUBIDA DOS PREÇOS

Recordemos as duas setas. Uma que apontou vertiginosamente para cima e assim persiste, a da procura, e uma outra que em queda livre apontou para baixo e mostra sinais de recuperar, a da oferta. Segue-se o relato de como foi possível operar-se um fenómeno diametralmente oposto ao do ajustamento... com o conseqüente descontrolo inflacionista.

Gráfico C1.1 • Preços das matérias-primas | Índice 2019 Dez. = 100



Fonte: Hamburg Institute of International Economics (HWWI). Notas: O índice de preços de matérias-primas do HWWI, apresentado em euros, é um indicador abrangente dos preços das principais matérias-primas comercializadas internacionalmente.

3.2.2.1 No lado da procura

- Uma elevada Taxa de Poupança

Registou-se uma elevada poupança das famílias/particulares, acumulada nos sucessivos períodos de confinamento (muito à custa do apoio/endividamento do Estado), a níveis dificilmente observados anteriormente. A essa capacidade de consumo dos particulares aliou-se uma voraz propensão para consumir como resultado de uma reclusão inédita e prolongada. Com o desconfinamento, o consumo manifestou-se.

- A retoma sincronizada do Investimento

Os projetos de investimento que haviam sido adiados durante grande parte do período pandémico, em face da cortina de absoluta incerteza que se levantou, avançaram em simultâneo uma vez que se foram dissipando dúvidas quanto à evolução do cenário socioeconómico.

- O *Next Generation EU*

Ou como deixar o comportamento dos preços indiferente à dotação de 750 mil milhões de euros do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, posto em marcha pela UE em 2020, com vista à recuperação das economias dos países que a compõem, com distribuição até 2026. E que mais se sucede, na esfera da procura, se àquele valor se juntar, no âmbito do quadro plurianual de 2021 a 2027 da união Europeia, um orçamento de 1 bilião de euros? Como reagirá a oferta no entretanto? Quais os termos do ajustamento do lado da procura e do lado da oferta e suas implicações na determinação do Índice de Preços? Fácil imaginar as respostas.

3.2.2.2 No lado da oferta

Muitos dos motivos identificados como responsáveis pelo amento dos preços, no lado da oferta, são consequência das sucessivas políticas de deslocalização das fábricas anteriormente existentes nos países ocidentais para a Ásia, colando esses mesmos países do Ocidente as suas economias numa situação de grande exposição e, assim, de maior fragilidade. Entre outros constrangimentos, sofrem mais por menos conseguirem controlar a subida dos preços.

- Quebras de fornecimento nos mercados internacionais

Países houve que deixaram de exportar com a mesma intensidade com que o faziam. Muito se deve ao facto de as quebras de produtividade interna, como a verificada na produção agrícola e na de bens alimentares e de primeira necessidade, levarem ao desaparecimento dos excedentes normalmente destinados à exportação. Em época de crise sanitária e de problemas significativos na cadeia de abastecimento, os países produtores acutelaram-se de modo a não privar os residentes no consumo de bens, sobretudo os essenciais.

- A estratégia de antecipação por parte dos países mais capacitados

Muitos países foram afetados pelas acentuadas quebras no fornecimento de produtos alimentares por parte dos países principais produtores mundiais, quando deles dependem para satisfação do consumo interno. Não foi o caso da China que, mesmo em idêntica circunstância de dependência da importação de trigo para corresponder às necessidades do consumo da sua população, agiu de tal forma que colocou os demais países numa situação difícil de ter que pagar mais pelo mesmo escasso produto nos mercados internacionais, além de ter que o disputar. Já no decorrer de 2021 a República Popular da China comprou grande parte da produção daquele que é o maior produtor mundial de trigo, quando as cearas ainda cresciam nos campos brasileiros. Trata-se de um exemplo de comportamento de exceção, entre pares, que deixou esses mesmo

pares, nações importadoras de trigo, a terem que pagar muito mais por tonelada, do que pagavam antes.

- Disrupções nas cadeias de abastecimento – Problemas nos transportes, inclusive

O surgimento dos já aludidos problemas nas cadeias de distribuição, alicerçada quer em ineficiências (como as que têm vindo a ser sentidas em importantes portos norte-americanos), quer na falta de contentores, agravam os atrasos nas importações, com consequências materializadas em prejuízo direto, desde logo, para os agentes económicos que daquelas aquisições externas dependem. Desesperam sobretudo pelas responsabilidades entretanto assumidas, quando as mercadorias ficam retidas algures pelo caminho. Muitas delas já em solo nacional.

- Escassez de matérias-primas e de produtos intermédios

Com naturalidade se conclui que o resultado mais esperado de uma escassez destes tipos de produtos conflui para mais uma escassez: a de bens de consumo final. Independentemente da ocorrência de todos os motivos anteriormente invocados, os confinamentos, tão prolongados quanto recorrentes, a que se sujeitaram praticamente todas as economias mundiais (incluindo os grandes fornecedores mundiais de matéria-prima) contribuíram para severas quebras na produção de outros países.

A título de exemplo, muitas fabricas destes países (situados no continente europeu) ressentiram-se desde logo, em fevereiro de 2020, quando ainda não se suspeitava da dimensão da crise tal como veio a ser percecionada um mês depois, com falta de matérias importadas da China. Como é o caso das tintas que contribuem para a pigmentação de tecidos europeus.

Também com naturalidade se compreende que, neste panorama económico irreversível da globalização, esta problemática de escassez de produtos primários é tão mais incontornável, quanto mais complexa e internacionalizada se encontrar a cadeia de valor de um bem ou serviço formada.

- O aproveitamento estratégico por parte dos fornecedores

Conhecedores da escassez dos bens que produzem, muitos produtores procuram capitalizar comercialmente a sua situação de vantagem competitiva, mantendo capacidade produtiva embora dissimulando-a. Serve o propósito para o jogo comercial de racionalização dos volumes que vão libertando para o mercado, manipulando assim os preços, sob pretexto da incapacidade de produzir mais, quando não do aumento simultâneo dos custos fixos. Com alguma sorte, esses produtores ainda colhem apoios de estímulo concedidos pelo contribuinte.

É exemplo desse tipo de condicionamento a indústria dos microprocessadores, praticamente concentrada em Taiwan, que condena os consumidores a esperarem mais tempo do alguma vez imaginaram, para poderem dispor de um automóvel.

Uma situação que tende a ser mais frequente, quanto menos se demonstra fragmentada uma indústria.

- Os custos da descarbonização

As empresas não conseguirão continuar a absorver sozinhas os custos carreados com a transição para o uso (industrial e particular) das energias não poluentes. Transferindo, desta forma, parte desses custos para consumidor. Se assim não for, não restará outra alternativa a não ser a do contribuinte subsidiar essa conversão.

- Sistemas produtivos assentes na lógica *just in time*

As eficiências evidenciadas nas cadeias de distribuição internacional, em tempos pré-pandémicos, sempre permitiram, em economias modernas, que os produtores fossem também eles mais

eficientes nos custos, sobretudo em economias de escala. Prescindiam com segurança de grandes stocks, cortando assim nos elevados custos de armazenamento. E se se relativizou relativamente bem a rutura de stocks em determinadas indústrias ou sectores, outras houve em que se sentiu mais e mais antecipadamente os seus efeitos de privação.

- O aumento dos custos de transporte e dos custos marginais de produção

É inevitável que a escassez de matérias-primas e produtos intermédios venha destabilizar a estrutura dos custos marginais de produção. Como eles, também como os custos de transporte sobem sobrem por inerência do comportamento em alta dos preços energéticos. As carteiras de todos, sejam particulares ou companhias, têm-se ressentido com o encarecimento em especial do petróleo e da eletricidade.

- Falta de mão-de-obra

Até há tempos não muito longínquos se ouvia falar de mão-de-obra, mas especializada, hoje em dia é mesmo corrente ouvir lamentações sobre falta de mão-de-obra indiferenciada. Sendo que o estado de incapacidade de certas economias em providir o bastante suas estruturas, deste fator de produção elementar.

Fenómenos exógenos, que se desenvolvem em paralelo e articulam com os decorrentes diretamente da crise pandémica, são marcados sobretudo por eventos de natureza política. Veja-se o exemplo dos anos de política anti-imigração desenfreada e economicamente irracional, levada a cabo pela administração norte-americana de Donald Trump. Ou a opção pelo Brexit por parte do eleitorado britânico. Ambos com início em 2016, mas com consequências indeléveis nos tempos atuais.

4. CONCLUSÃO, BIBLIOGRAFIA E FONTES

Conclusão

Este trabalho foi na íntegra articulado pelo autor, na sequência da proposta de trabalho por parte do docente, ciente de que terá ponderação na componente de avaliação contínua da unidade curricular de Economia Portuguesa e Mundial, integrante no plano da Licenciatura em Economia, da Universidade Autónoma de Lisboa.

Confidencia o autor que não poderia ser, só por si, a necessidade de sobriedade de um trabalho sujeito a avaliação a fazer com que se perdesse em pesquisas, a não ter pressa em organizar ideias ou a refletir sobre a forma de melhor as expor. Ou mesmo a descartar com relutância alguns conteúdos e pegar noutros. A sua motivação residiu, desde logo, no interesse pelo assunto, foi levada por uma curiosidade natural e alimentada pela vontade em compreender um pouco melhor a realidade do seu país.

Criticar positivamente o que está bem e demonstrar construtivamente o que não está, se possível apontando soluções, é sempre uma manifestação de interesse genuíno. E humildemente sabendo que este trabalho em nada repercutirá, porque também em nada terá por que repercutir, no que respeita às opções que determinarão o futuro de Portugal, dele retirou este aluno o quanto é gratificante melhor conhecer as alternativas que esperam seu país.

Da mesma forma que fica pela palavra escrita expresso o quanto lhe quer bem.

Setúbal, 24 de dezembro de 2021

Fontes e obras consultadas

As melhores ferramentas encontradas para a elaboração da estrutura argumentativa do trabalho residem nos jornais e livros lidos ao longo dos tempos, nas aulas presenciadas, nos programas informativos assistidos nos média.

No concreto, recorreu-se aos conteúdos das fontes e obras infra, quer como ponto de sustentação informativa na produção do trabalho escrito, quer como suporte gráfico à apresentação oral.

- Relatórios e estatísticas publicados por:
 - Banco Central Europeu
 - Instituto Nacional de Estatística
 - Fundo Monetário Internacional
 - Banco de Portugal
 - Banco Mundial
 - Eurostat
 - SEDES
 - Pordata, da FFMS
 - Transparency International
- Obras:
 - *“International Tax Competitiveness Index 2021”*, da Tax Foundation
 - *“Do Made In ao Create In”*, da FFMS

Até na Economia é preciso uma bússola

Ou a importância da captação de Investimento Direto Estrangeiro, para o sistema produtivo português:

- ✓ *Fonte de produtos sofisticados, com elevado valor acrescentado;*
- ✓ *Forma de integração do conhecimento tecnológico;*
- ✓ *Meio de capitalização da economia nacional;*
- ✓ *Via de criação de emprego;*
- ✓ *Fonte de receita orçamental, por via da tributação.*